CORREIO POLÍTICO

POR **TALES FARIA**

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Haddad foi ministro da Fazenda grande parte da gestão anterior

Nomes dos futuros ministros podem ser indicados aos poucos

Se o presidente Lula seguir um roteiro semelhante ao que adotou na montagem de seu terceiro mandato, os ministros dessa sua quarta gestão serão anunciados a conta-gotas.

Lula até que não demorou para anunciar a primeira leva de ministros. Eleito em 2º turno no dia 30 de outubro de 2022, já no dia 9 de dezembro ele fez o divulgou os nomes dos cinco primeiros ministros do futuro governo: Fernando Haddad (Fazenda), Rui Costa (Casa Civil), Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública), José Múcio (Defesa) e Mauro Vieira (Relações Internacionais).

Se assim o fizer, causará menos rebuliço. O mercado clama pelo nome do futuro ministro da Fazenda. O chefe da Casa Civil é fundamental para Fazer a ponte com os demais ministros que virão. Segurança Pública, porque Lula prometeu ser rápido. Relações Internacionais, porque o presidente dos EUA é o Donald Trump. E Defesa, porque os militares são os militares.

Foi um recorde de 37 Ministérios em 2022

Em 22 de dezembro daquele ano, Lula divulgou a segunda leva de ministros: mais 16 nomes para a Esplanada dos Ministérios, depois de muita especulação.

A terceira leva foi em 29 de dezembro. Outros 16 ministros, fechando as 37 pastas iniciais daquela gestão.

Lula contemplou representantes de nove partidos de sua coligação, ou que anunciaram apoio após a vitória, e 11 sem vínculo partidário. O PT ficou com dez pastas e MDB, PSD e União Brasil, com três, cada.

DIVULGAÇÃO PLANALTO



Os ministros que tomaram posse no terceiro mandato de Lula

Sem discutir a participação do centrão

Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-Ap) e da Câmara, Hugo Mota (Republicanos-Paraíba) foram convidados para a viagem de Lula à Turquia e às Filipinas.

Disseram a parlamentares que não aceitaram para cuidar das votações nos Congresso.

Na verdade, não há na pauta de plenário das duas Casas nada que exigisse a presença de ambos presidindo a sessão.

Parece aquela célebre frase de Tancredo Neves: "Diz para o público que eu lhe convidei, mas você não aceitou."

Reflexo da reprovação no 1º Turno

Enquanto Lula não anuncia os nomes dos ministros o clima no Palácio do Planalto e semelhante ao de alunos da escola secundária esperando as notas das provas.
Há uma sensação de que boa parte da turma foi reprovada. Daí a derrota do presidente no 1º turno das eleições, o que fez ele convocar novos nomes para a campanha. E Lula, como um professor malvado, deixa espalhar o clima.

Conselhos de Mercadante

A presença do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, na comitiva de Lula está sendo entendida no mercado como mais um sinal de que o presidente não vai seguir o receituário econômico ortodoxo para ajuste das contas públicas. Mercadante é considerado o líder da heterodoxia no governo. Seguirá o tempo inteiro na viagem fazendo a cabeça do presidente.

Faz que vai, mas não vai

Perguntado se a presença de Aloizio Mercadante na comitiva de Lula é sinal de que o presidente adotará uma política econômica heterodoxa, como gostaria o PT, um cacique do partido respondeu: "Não creio. Se fosse piloto da Fórmula 1, Lula bateria o carro toda hora. Ele joga a seta para um lado e segue na direção oposta."

Recordar é viver

Ao anunciar seu ministério, Lula agradeceu aos então presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e aos partidos, inclusive do centrão, pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional da Transição. A PEC ampliou o teto de gastos em R$ 145 bilhões e excepcionalizando investimentos de R$ 23 bilhões.

"Agradeço ao Congresso"

Em 2022, Lula disse que muitos partidos que não o apoiavam formalmente votaram em favor da PEC, demonstrando "compromisso com o povo mais pobre". E que foi a primeira vez em que um presidente eleito começou a governar antes de entrar, diferentemente de seu antecessor, que "preferia contar mentiras no cercadinho do que governar"

Mas e agora?

Agora o mercado e até aliados do presidente reclamam que ele não está se antecipando tanto aos problemas econômicos como quando venceu as eleições de 2022. Não está difinido ainda um projeto de ajuste como, bem ou mal, foi a PEC da Transição para o início do novo mandato que exigiu negociação com os partidos no Congresso.

O velho arcabouço fiscal

A PEC da Transição preparou o governo para o Arcabouço Fiscal, com regras para manter as despesas abaixo das receitas a cada ano. E um patamar mínimo para a meta de resultado primário que, se não for atingido, obriga o governo a adotar medidas de contenção. Agora o mercado diz que esse arcabouço já perdeu eficácia.

ANTONIO AUGUSTO/STF



Fachin arquivou caso por extenso período em tramitação

Após sete anos, Fachin arquiva Inquérito das Fake News

Presidente do STF e PGR concluíram que investigação passou tempo demais

Por **Gabriela Gallo**

Após sete anos de tramitação, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, determinou o arquivamento do chamado Inquérito das Fake News (Inquérito nº 4.781). Em decisão publicada na noite desta segunda-feira (9), o ministro avaliou que a investigação cumpriu sua função instrumental e atingiu o limite temporal compatível com a natureza de um procedimento pré-processual.

O encerramento das apurações tem efeito imediato. No entanto, o arquivamento não invalida nem anula retroativamente decisões, provas produzidas, acordos ou ações penais em andamento decorrentes das investigações.

As ações penais já iniciadas, com denúncias recebidas, e os procedimentos investigatórios autônomos, com objetos próprios, continuarão tramitando normalmente nos órgãos competentes.

A decisão foi tomada após a Procuradoria-Geral da República (PGR) encaminhar a Fachin um parecer favorável ao arquivamento do inquérito. No documento, a instituição reiterou que a investigação já havia cumprido seu objetivo e, portanto, deveria ser encerrada.

Instaurado em 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o Inquérito das Fake News teve como objetivo apurar ataques aos ministros do STF e à própria Corte disseminados por meio de notícias falsas, denúncias caluniosas e ameaças contra os magistrados.

O caso estava sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, que prorrogou a investigação ao longo dos sete anos de tramitação. Grande parte das apurações permaneceu sob sigilo. O inquérito foi alvo de críticas de integrantes da comunidade jurídica devido à duração prolongada e à ausência de uma delimitação clara de seu objeto.

As críticas também se intensificaram em meio à crise interna do STF, especialmente após virem à tona informações sobre supostas relações de ministros da Corte com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, no contexto do caso Banco Master. Entre os magistrados mencionados estavam Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

Em setembro, diante das críticas à duração do inquérito e da crise institucional, Fachin retirou Moraes da relatoria e assumiu o caso.